

Educação física escolar e o aluno com deficiência: a formação continuada em questão

School physical education and the student with disabilities: the continuing education in question

Jonatan Rogério Trindade Faria, Gabriela Simone Harnisch, Douglas Roberto Borella

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Marechal Cândido Rondon, Brasil

HISTÓRICO DO ARTIGO

Recebido: 08 maio 2021

Revisado: 07 outubro 2021

Aprovado: 08 outubro 2021

PALAVRAS-CHAVE:

Formação de Professores; Educação Física Escolar; Alunos com deficiência.

KEYWORDS:

Teachers preparation; School Physical Education; Students with disabilities.

RESUMO

OBJETIVO: Investigar se professores de Educação Física realizaram ou estão realizando formação continuada com foco no trabalho com alunos com deficiência.

MÉTODOS: A amostra foi constituída de 101 professores de Educação Física da rede pública municipal e estadual de ensino da região oeste do Paraná. A coleta de dados per fez-se por meio de um questionário online, composto por questões abertas e fechadas. Escolheu-se a técnica qualitativa para a análise dos dados.

RESULTADOS: Os resultados demonstraram que 30,3% dos participantes revelaram ter oferta de formação contínua, entretanto, nem sempre de qualidade, o que resulta em formações que não fomentam o conhecimento dos professores.

CONCLUSÃO: A maioria (55,4%) dos professores participantes já realizou ou está realizando alguma formação continuada em específico conhecimento sobre a Educação Especial. Os que declararam ter realizado formação continuada revelaram que as vivências junto aos alunos com deficiência e a interação com os demais professores durante a formação resultaram em melhor aprendizagem e preparo para atuar diante da diversidade no ambiente escolar.

ABSTRACT

OBJECTIVE: It was to investigate if the Physical Education teachers performed or are doing now the continuing teacher training, focused on working with students with disabilities.

METHODS: The sample was made of 101 Physical Education teachers from the public municipal and state education system of the western of Paraná. The data collection was composed by an online questionnaire with open and closed questions. The qualitative technique was chosen for data analysis.

RESULTS: The results indicated that 30.3% of the participants had continuing teaching training, however, not always with quality, which results in preparation that do not benefit the knowledge of teachers.

CONCLUSION: The most of participants (55.4%) have already undergone or are undergoing some continuing education in specific knowledge about Special Education. Those who declared to have undergone continuing education revealed that the experiences with students with disabilities and interaction with other teachers during training resulted in better learning and preparation to act in the face of diversity in the school environment.

INTRODUÇÃO

A escola é uma instituição social de extrema relevância na sociedade, sendo um espaço voltado para a organização em que tanto seus objetivos e resultados quanto seus processos e meios são relacionados com a formação humana, fornecendo subsídios para a preparação intelectual e moral dos alunos, além da inserção social. Entende-se que o ambiente escolar é um espaço onde os alunos tem relações para além da família, ou seja, existe a necessidade de aprender a conviver e respeitar pessoas de diferentes raças, etnias, religiões, culturas e opiniões (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOCHI, 2009; SILVA; FERREIRA, 2014).

Diante disso, o ambiente escolar deve estar em constante mudança e renovação. Dentre tais mudanças, destaca-se o aumento do número de alunos com deficiência inclusos no ensino regular, conforme direito previsto na Contribuição Federal (1988), Declaração de Salamanca (1994) e de modo mais recente, pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015) (BRASIL, 1988; SALAMANCA, 1994; BRASIL, 2015). O crescimento das matrículas de alunos com deficiência no ensino regular alcançou o índice de 698.768 matrículas no ano de 2014, conforme o levantamento do Ministério da Educação (MEC, 2014).

O Censo Escolar de 2018 revelou que o número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação em classes comuns (incluídos) ou em classes especiais exclusivas chegou a 1,2 milhão, um aumento de 33,2% em relação a 2014. Esse aumento foi influenciado pelas matrículas de ensino médio que dobraram durante o período. Considerando apenas os alunos de 4 a 17 anos da educação especial, verificou-se que o percentual de matrículas de alunos incluídos em classe comum também vem aumentando gradativamente, passando de 87,1% em 2014 para 92,1% em 2018 (MEC, INEP, CENSO ESCOLAR, 2019).

Por meio destes dados bem como para acompanhar essas mudanças, é necessário que todos os professores, de diferentes graduações da área da Educação, inclusive aqueles que trabalham com aulas de Educação Física, público alvo do presente estudo, se interessem e valorizem práticas pedagógicas que favoreçam o atendimento aos alunos já caracterizados anteriormente, e estejam constantemente buscando conhecimentos acerca da Educação Especial¹ (FONTANA, 2015; OTALARA; DALL'ACQUA, 2016; BORELLA et al., 2020).

Com vistas a formação de professores, pesquisadores identificaram lacunas no que tange a formação inicial de professores de Educação Física junto ao trabalho de alunos com deficiência (BORELLA, 2010; MENDES; PÁDUA, 2011; BRITO; LIMA, 2012; FRANK et al., 2013; SOBREIRA; LIMA; NISTA-PICCOLO, 2015). Um dos caminhos possíveis é investir em formação continuada de professores, utilizando diferentes estratégias como a realização de oficinas, palestras, seminários e cursos de curta duração, presenciais e a distância, ofertados pelas próprias Secretarias de Educação ou de contratos firmados com instituições universitárias, institutos de pesquisa ou instituições privadas (FARIAS; SHIGUNOV; NASCIMENTO; 2001; DI GIORGI et al., 2010; GATTI; BARRETO; ANDRÉ, 2011).

Espera-se que a formação continuada de professores de

¹ Modalidade de ensino transversal a todos os níveis sendo responsável pela organização de serviços, recursos e estratégias de acessibilidade, com finalidade de eliminar as barreiras que possam dificultar ou obstar o pleno acesso das pessoas com deficiência à educação (BRASIL, Ministério da Educação, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008, p. 10).

Educação Física seja o arcabouço para sanar as dificuldades elencadas ao longo da graduação, de modo que os docentes busquem o conhecimento que lhes falta. Neste sentido, diversos estudos têm sido realizados a respeito da temática. Destacam-se os achados evidenciados pela literatura, os quais confirmam que os professores de Educação Física vêm buscando participar de cursos de formação continuada visando buscar soluções para as dificuldades encontradas no cotidiano escolar em relação a inclusão de alunos com deficiência, identificando assim que a busca pela formação continuada significa a necessidade de aquisição de conhecimentos e competências que lhes permitam uma intervenção mais eficaz (MENDES; PÁDUA, 2011; FIORINI; MANZINI, 2014; FERREIRA et al., 2015).

Neste sentido, percebe-se que a formação continuada se apresenta nesse contexto como uma das opções viáveis e fundamentais para o aprimoramento da formação docente. Diante dos saberes expostos, o presente estudo procurou responder a seguinte questão: os professores de Educação Física realizaram ou estão realizando formação continuada voltada a conhecimentos específicos para o trabalho junto de alunos com deficiência? Caso tenham realizado, sentem-se preparados para esta atuação?

Diante do exposto, este estudo teve o objetivo de investigar se os professores de Educação Física realizaram ou estão realizando formação continuada com foco no trabalho com alunos com deficiência inseridos no ambiente escolar. Neste interim, fundamenta-se a análise acerca da formação continuada que se apresenta no contexto da Educação Física para aprimoramento da ação docente frente ao trabalho junto de tal população.

MÉTODOS

Este estudo caracterizou-se como uma pesquisa descritiva, do tipo *Survey*, com análise qualitativa dos dados (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012). Dentre as variedades de *Survey* existentes, o escolhido para utilização neste estudo é o *Survey* eletrônico/online (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012), apresentado na forma de questionário, testado previamente com o estudo piloto e aplicado por meio eletrônico (autoaplicado) com auxílio da ferramenta "Google Forms".

O questionário foi composto por questões abertas e fechadas que abordaram os seguintes pontos: o tempo de formação dos professores; se os mesmos recebem incentivos do estabelecimento onde trabalham; se realizaram ou pretendem realizar formação continuada, as dificuldades encontradas em suas práticas de docência, se a prática sofreu alterações após a formação continuada e à importância que dão a formação continuada voltada ao trabalho junto de alunos com deficiência.

A população do estudo foi constituída de professores de Educação Física atuantes da rede pública municipal e estadual de ensino do oeste do Paraná, pertencente aos Núcleos Regionais de Educação de Toledo, Foz do Iguaçu, Cascavel e Assis Chateaubriand. A seleção dos participantes da rede municipal de ensino foi realizada por meio da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP), que representa 54 municípios paranaenses.

Em contato com os Núcleos Regionais, AMOP e Secretarias Municipais de Educação, solicitou-se o endereço de e-mail dos professores de Educação Física, totalizando-se 729 endereços

de professores para que fosse encaminhado o questionário eletrônico. O mesmo permaneceu disponível para a participação durante o período de três meses. Por fim, a amostra perfaz-se de 101 professores que contribuíram com o presente estudo.

Após a coleta dos dados foi realizada análise simultânea dos dados, pertinente à pesquisa qualitativa. Assim, escolheu-se a técnica da narrativa analítica, a qual é conceituada como “descrição curta e interpretativa de uma situação, usada na pesquisa qualitativa”, sendo esta ainda descrita pelos autores como a base da pesquisa qualitativa (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012, p. 367).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para explanação dos resultados os dados foram computados e sistematizados a partir de quatro categorias, sendo elas: a) Oferta de Formação Continuada; b) Dificuldades no trabalho junto com alunos com deficiência; c) Ocorrência de políticas públicas educacionais; d) Não realizaram formação continuada e sua relação no preparo para o trabalho junto de alunos com deficiência.

Oferta de Formação Continuada

Questionado se os professores recebiam algum tipo de incentivo ou apoio por parte do local/setor de trabalho para realizar formação continuada, os participantes revelaram que 63,4% recebiam, 23,8% responderam receber às vezes, e 12,9% sinalizaram que não recebiam.

Nesse contexto, a formação continuada

deveria apoiar, criar e potencializar uma reflexão real dos sujeitos sobre sua prática docente nas instituições educacionais e em outras instituições, de modo que lhes permitisse examinar suas teorias implícitas, seus esquemas de funcionamento, suas atitudes etc., estabelecendo de forma firme um processo constante de auto avaliação do que se faz e por que se faz (IMBERNÓN, 2010, p. 47).

Quanto importância da formação continuada voltada ao trabalho junto aos alunos com deficiência, a resolução do CNE/CEB nº 01/2001 declara que é importante o professor buscar conhecimentos acerca do ensino aprendizagem dos alunos com alguma deficiência. Esse documento evidencia a significância da formação inicial e continuada, de modo que os professores devem conhecer e discutir os princípios de uma educação inclusiva e os fundamentos da Educação Especial (CNE, 2001).

Neste sentido, para que a inclusão aconteça de modo efetivo é necessário que os envolvidos busquem atualização/conhecimento constante por partes dos professores. Remetendo-se ao poder público, entende-se que é responsabilidade das Secretarias Municipais de Educação e Núcleos Regionais de Educação em ofertar formação continuada, devendo esses identificar as facilidades e dificuldades dos professores no que se diz respeito a inclusão escolar, para realizar planejamento de cursos nessa área (MENDES, 2006; FIORINI; MANZINI, 2014).

Posteriormente, buscou-se saber se havia a oferta de formação continuada na região onde os participantes estão lotados com aulas. Os dados obtidos são apresentados na Tabela 1.

Se essa porcentagem considerável (31,3%) de professores não tem a oferta de formação continuada, compreende-se que

possa estar havendo privação ao direito do professor a ter capacitação e aperfeiçoamento contínuo o qual é garantido pela Lei 9394/96, também conhecida como Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996).

Tabela 1. Valores absolutos e relativos da existência da oferta de formação continuada.

Formação Continuada?	Quantidade de participantes	Porcentual de ocorrência
Sim, havia	30	30,3%
Não havia	31	31,3%
Havia as vezes	38	38,4%

Fonte: dados da pesquisa.

Essa lei, desde 1996, assegura a garantia quanto a sua formação e capacitação, os quais se mostram, nos artigos 61, parágrafo I, e 67, parágrafos II e V, ser previsto para o docente a capacitação em serviço, o aperfeiçoamento continuado e o tempo para estudos na carga de trabalho, afirmando-se a formação continuada um direito do professor e deve acontecer dentro de seu ambiente de trabalho, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim (BRASIL, 1996).

O Estatuto da Pessoa com deficiência (BRASIL, 2015), no Art. 28. enfatiza que incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado.

Também foi perguntado se os professores já haviam realizado alguma formação continuada nesse contexto. Os números revelaram que 55,4% já realizaram. Os que não realizaram somaram 44,6%.

Nos documentos do Ministério da Educação bem como no Estatuto da Pessoa com deficiência que discorrem sobre os planos de atendimento educacional especializado (PEI), deixando evidenciado que a formação continuada voltada ao trabalho junto dos alunos com deficiência deve ser estruturada de forma que aborde os conhecimentos aprofundados sobre cada deficiência, além de, ser necessário, se acrescentar uma parte prática para que os professores possam aprender e criar estratégias para o trabalho junto desses alunos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006; BRASIL, 2015).

Na sequência, buscou-se saber quantos professores já realizaram ou estavam realizando formação continuada voltada ao trabalho junto de alunos com deficiência no período da coleta dos dados, totalizando 52 participantes (51%). Para estes, questionou-se qual a modalidade de formação os professores estavam realizando entre a modalidade presencial², a distância³ e a mista⁴. Os resultados estão dispostos na Tabela 2.

Na modalidade presencial, os participantes ainda responderam acerca das vivências práticas junto de alunos com deficiência durante a formação. Os dados mostraram que 23,3% tiveram vivências práticas junto de alunos com deficiência, 12,3% às vezes e, em sua maioria, 64,4%, não tiveram nenhuma vivência.

² Presencial é a dos cursos regulares, em qualquer nível, onde professores e alunos se encontram sempre num local físico, chamado sala de aula. É o ensino convencional (MORAN, 2002).

³ Educação a distância é o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente (MORAN, 2002).

⁴ Semi - presencial ou mista acontece em parte na sala de aula e outra parte a distância, através de tecnologias (MORAN, 2002).

Tabela 2. Valores absolutos e relativos da existência da modalidade de formação continuada.

Modalidade da formação	Quantidade de participantes	Porcentual de ocorrência
Presencial	34	65,4%
Distância	7	13,5%
Mista	11	21,2%

Fonte: dados da pesquisa.

Buscou-se saber se ocorria trocas de experiências durante a formação continuada: 77,4% responderam que sim. Foi então investigado se essa troca de experiência resultou em algum melhoramento nas suas ações como professor: 39,6% afirmaram que houve melhora.

Dificuldades no trabalho junto com alunos com deficiência

Procurou-se saber dos participantes que declaram ter feito formação continuada se havia a existência de dificuldades para o trabalho junto com os alunos com deficiência. Constatou-se que 40,4% dos participantes expressaram ter algum tipo de dificuldade junto desses alunos, 41,4% responderam ter às vezes e 18,2% emitiram que não tem nenhum tipo de dificuldade. Vale lembrar que cada professor possui alunos distintos e com características diferentes um do outro, por isso se dá essa diferença nos dados.

Em relação a dificuldades relatadas nesse estudo, os professores elencaram o anseio em adaptar situações de aula para os alunos com deficiência sem prejudicar o aprendizado dos demais; o sentimento de incapacidade frente as deficiências múltiplas e as dificuldades para adaptar algumas atividades, destacando as poucas informações advindas das formações inicial e continuada já realizadas.

As dificuldades elencadas pelos professores são semelhantes àquelas já destacadas por Fiorini e Manzini (2014), os quais identificaram que as mesmas são oriundas de diferentes fatores: formação, questão administrativo-escolar, diagnóstico, família, recurso pedagógico, estratégia de ensino e da área Educação Física.

Além disso, outros autores ainda revelaram a superproteção por parte da família ou até mesmo a negação da deficiência; a falta de apoio técnico para lidar com as características específicas de cada aluno; a falta de atendimento específico para alguns tipos de deficiência, como o transtorno do espectro autista e a deficiência intelectual; as atitudes negativas por parte dos alunos com deficiência, tendo assim resistência em participar de atividades inclusivas, bem como, a resistência inicial dos docentes para envolverem-se em um processo diferenciado e ter que repensar as suas práticas escolares (NASCIMENTO, 2009; FIORINI, 2011; TOLEDO; VITALIANO, 2012; BRITO; LIMA, 2012; CUNHA, 2014).

Como consequência a todos os impedimentos citados para a inclusão do aluno com deficiência, revela-se a exclusão de tal aluno nas aulas (VELTRONE, 2007). Para sanar estes contratempos, a busca pela formação continuada foi necessária. Todavia, os cursos eram vagos e específicos para determinada deficiência e não abordava a realidade escolar, resultando assim em uma formação continuada com baixa eficiência no preparo e transmissão de conhecimento para os professores (FIORINI;

MANZINI, 2014b).

Pode-se perceber que as dificuldades no trabalho junto de alunos com deficiência se fazem presentes no dia a dia dos professores participantes, as quais vão desde falta de apoio técnico até adaptar as aulas ou atividades sem prejudicar os demais alunos, grande parte desses problemas podem ser resolvido com a busca de conhecimentos acerca das características específicas de cada deficiência.

Ocorrência de políticas públicas educacionais

Sabendo-se da importância de haver investimentos por parte do poder público e realçando ainda ser um direito do professor garantido pela Lei 9394/96 (BRASIL, 1996), buscou-se saber se os investimentos por parte do poder público na região de atuação eram suficientes. Os participantes (79,6%) afirmaram que os investimentos são insuficientes.

Sobre a importância de haver incentivo aos professores, investigou-se se os professores recebiam incentivo do estabelecimento onde atuavam: 63,4% responderam receber algum tipo de incentivo. Quando questionado qual o tipo de incentivo recebido, 67% responderam ser incentivo moral, ficando o financeiro com apenas 4% das respostas dos participantes.

Considerando o direito do professor em ter a oferta de formação continuada e a importância de existir o incentivo, o estudo questionou aos participantes se as Secretarias Municipais de Educação e os Núcleos Regionais de Educação onde os mesmos estão vinculados, ofertavam formação continuada. 50,7% dos participantes responderam existir alguma oferta, já os que afirmaram não existir oferta se somaram 49,3%.

A partir da situação apresentada sobre as dificuldades para promover a formação desses professores de Educação Física, seriam necessárias iniciativas de diferentes âmbitos, como: das Instituições de Ensino Superior e seus docentes, da Secretaria Municipal de Educação, de Políticas Públicas, da Direção e Coordenação Escolar, dos professores de Educação Física e, também, das Pesquisas e/ou dos coordenadores de cursos de formação (FIORINI; MANZINI, 2014). Matos e Mendes (2015) contribuem que os professores têm realizado cobranças do poder público frente a falta de investimentos, no que se diz respeito a oferta de formações continuadas que ofereçam conhecimento a respeito do trabalho junto dos alunos com deficiência.

Sendo assim, a elaboração de programas de formação continuada deve se pautar na necessidade de que os professores de Educação Física vislumbram a partir de seus alunos com deficiência e as realidades escolares que vivenciam cotidianamente (CRUZ; FERREIRA, 2005). Ou seja, para aqueles que recebem o incentivo e apoio, é necessário que a formação seja de qualidade, que estimule os professores a refletir e superar as dificuldades encontradas. Portanto, deve-se promover a formação continuada que tenha como meta formar profissionais com pensamentos críticos, conscientes da importância e relevância de sua atuação na sociedade (CUNHA, 2014).

Como a pesquisa teve um maior número de participantes que atuavam nos estabelecimentos de categoria administrativa público estadual (56,7%), foi verificado por meio de acesso ao site da Secretária Estadual de Educação do Paraná se havia oferta de formação continuada. O site revelou que é oferecido a todos os profissionais da rede cursos de formação continuada nas

modalidades presencial, semipresencial (presencial e online) e a distância (online) (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ, 2018). Porém, não foi encontrada formação com o tema inclusão escolar ou em específico na área da Educação Especial.

A conferência dos resultados da pesquisa com as informações disponíveis por parte da Secretaria Estadual de Educação do Paraná, geram dúvidas, pois somente 50,7% afirmam existir algum tipo de oferta, os que responderam negativamente somaram 49,3%. Com isso, abrem-se caminhos para novas pesquisas, que tenham como escopo a verificação da real quantidade de oferta de formação continuada existente, bem como as características dessas formações.

Não realizaram formação continuada e sua relação no preparo para o trabalho junto de alunos com deficiência

Dentre os participantes que não realizaram formação continuada, 42,9% revelaram não se sentirem preparados para atuar junto de alunos com alguma deficiência. O estudo de Nascimento (2009), evidenciou que os professores não se sentem preparados para atuar junto de alunos com deficiência, deixando claro assim a importância de elaboração e participação em programas de formação continuada para a qualificação dos professores. Tal estudo retrata que em 2009 já demonstrava o quanto os professores não se sentiam preparados.

Ainda, o conhecimento específico dos professores para sentirem-se preparados para o trabalho com esse público é limitado, de modo que para existir ensino de qualidade é necessário que haja qualificação desses profissionais. Soares e Alves (2008) demonstraram que 20% dos participantes do estudo não tiveram na formação inicial a disciplina específica da área da Educação Especial. Já, dentre os que tiveram, 40% não consideraram satisfatória.

Para sanar tais anseios, o estudo de Toledo e Vitaliano (2012) sobre formação continuada, destacam que as experiências decorrentes desta formação resultaram em avanços significativos, como por exemplo: a extinção do medo em trabalhar com alunos com deficiência, perda do preconceito e a descrença nesses alunos.

Os resultados evidenciados neste estudo sobre o preparo para trabalhar com alunos com deficiência se apresenta de modo negativo. Verificou-se nas respostas recebidas que a ausência de preparo e conhecimento acerca das características dos alunos com deficiência, e sobre o processo de inclusão resultam em aulas excludentes, onde os alunos com deficiência não terão acesso ao aprendizado com êxito, pois os professores não tiveram conhecimentos necessários para aplicarem adequadamente os conteúdos conforme as necessidades e peculiaridades de cada aluno. Também buscou-se investigar os motivos que induziram os professores a não realizar formação continuada com este propósito, sendo elencados dois motivos principais que se destacaram nas respostas: indisponibilidade de horários e as opções não atrativas.

Declararam indisponibilidade de horários 28,9% dos participantes. Este resultado pode estar ligado a jornada de trabalho dos professores. Buscou-se saber qual a carga horária semanal de trabalho dos mesmos: 81,6% têm carga horária entre 30 a

40 horas de trabalho semanal. Vale ressaltar que esses dados são referentes somente a atuação dos profissionais no ensino público. As demais cargas horárias podem ser observadas na Tabela 3.

Tabela 3. Carga horária de trabalho semanal.

Quantidade de horas	Quantidade de participantes	Porcentual de ocorrência
Entre 10 e 20 horas	9	9,2%
Entre 20 e 30 horas	9	9,2 %
Entre 30 e 40 horas	80	81,6%

Fonte: dados da pesquisa.

Percebendo que a maior porcentagem dos professores possui carga horária semanal entre 30 e 40 horas, podemos entender que os horários disponíveis para realizarem formação continuada ficam mais restritos, restando os finais de semana. Outro fator que foi usado como justificativa para não realizar a formação continuada foi a distância física (26,7% dos participantes).

O outro motivo entre os mais utilizados para não realizar a busca contínua de conhecimento foram as opções não atrativas, resultando em 26,7% dos participantes. O estudo de Gatti, publicado em 2008, teve achados semelhantes ao presente estudo, revelando que alguns professores deixam de realizar formação continuada em virtude de alguns contratempos, por exemplo: problemas pessoais, financeiros, políticos, distância física dos locais de oferta e o desinteresse são os que se destacam como entraves. Isso demonstra que o tempo de um estudo para o outro não influenciou na mudança de resultados.

Já que os participantes apontaram motivos os quais não realizaram formação continuada na área da Educação Especial, buscou-se saber se pretendiam buscar formação continuada em tal área. Assim, 42,2% demonstraram interesse, enquanto 37,8% responderam talvez. Os que responderam não somaram 20% dos participantes.

Dentre os participantes que responderam não terem interesse, os motivos declarados pelos mesmos que mais chamaram a atenção foram que acreditam que o aluno com deficiência não deve estar na escola de ensino regular, mas sim em Escolas na modalidade de educação especial. Tem-se o entendimento que a ausência de conhecimento acerca da área em específico possa estar influenciando neste entendimento. Além deste desinteresse, outros comentam que a proximidade com a aposentadoria, desmotivando-os para a busca de novos conhecimentos.

Mendes e Pádua (2011) refletem que, em relação à inclusão escolar de todos e ao respeito às diferenças e diversidades, ainda há muito a ser transformado e melhorado em todo o sistema educacional. Essas melhoras, muitas vezes, independem da vontade e anseio da comunidade escolar, mas carecem de olhares mais atentos de políticas públicas de educação voltadas para a melhoria da formação inicial e continuada dos professores e da estrutura física e pedagógica das escolas.

O estudo realizado por Fiorini e Manzini (2014), identificou que as dificuldades encontradas para atender a demanda da inclusão educacional de alunos com deficiência em aulas de Educação Física advêm de diferentes fatores: formação, questão administrativo-escolar, diagnóstico, família, recursos pedagógi-

cos e estratégias de ensino.

Baseado nisto, observa-se que a formação de professores é o ponto inicial para que todos os demais itens possam ser contemplados, pois sem formação de qualidade, as dificuldades em administrar o ambiente escolar, o contato e compreensão para com as famílias, os recursos pedagógicos e estratégias de ensino estarão comprometidas, pois como lidar com as diferenças particularidades se não obtiveram conhecimentos para tal. Não poderão ofertar aquilo que não tiveram, que não experimentaram, que não vivenciaram, que não assimilaram.

CONCLUSÃO

Partindo do objetivo proposto para o presente estudo percebeu-se que a maioria (55,4%) dos professores participantes já realizou ou está realizando alguma formação continuada em específico conhecimento sobre a Educação Especial. Os que declararam ter realizado formação continuada revelaram que as vivências junto aos alunos com deficiência e a interação com os demais professores durante a formação resultaram em melhor aprendizagem e preparo para atuar diante da diversidade no ambiente escolar. Ainda, após a realização da formação continuada a percepção da prática em relação ao trabalho junto de alunos com deficiência sofreu alterações de forma positiva.

Entretanto, foi apurado que nos cursos de formação continuada realizados pelos participantes, somente 23,3% efetivaram situações práticas junto à alunos com deficiência. Em relação ao aproveitamento dessas vivências e experiências, 56,5% relataram que foi razoável. Porém, afirmam que essas oportunidades resultam em um enriquecimento do conhecimento acerca da prática diante dos alunos com alguma deficiência. Ressalta-se que a formação continuada teve impacto na formação dos participantes, pois 39,7% relataram se sentirem preparados para atuar junto aos alunos com deficiência. Aos que não realizaram, apenas 17,9% afirmaram se sentirem preparados.

Com o término dessa pesquisa abre-se caminho a outros estudos para averiguar algumas questões mais detalhadamente, tais como: verificação da carga horária ser suficiente ou não, participação efetiva dos professores nas formações, características das formações, resultados no cotidiano dos professores após a formação continuada, bem como, a diferença nas experiências proporcionadas pela formação continuada na modalidade presencial, distância e mista.

REFERÊNCIAS

BORELLA, D. R.; HARNISCH, G. S.; DIAS, J. A. D. Produção de conhecimento vinculada a formação de professores de educação física para atuação junto de pessoas com deficiência: contribuições do Unigepafa. **Caderno de Educação Física e Esporte**, Marechal Cândido Rondon, v. 18, n. 1, p. 105-111, 2020.

BORELLA, D. R. **Atividade física adaptada no contexto das matrizes curriculares dos cursos de educação física**. 2010. 166f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2018**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/censo-escolar-2018-revela-crescimento-de-18-nas-matriculas-em-tempo-integral-no-ensino-medio/21206>. Acessado em: 05 de abril de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2018**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/censo-escolar-2018-revela-crescimento-de-18-nas-matriculas-em-tempo-integral-no-ensino-medio/21206>. Acessado em: 05 de abril de 2021.

<http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/censo-escolar-2018-revela-crescimento-de-18-nas-matriculas-em-tempo-integral-no-ensino-medio/21206>. Acessado em: 05 de abril de 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**, de 11 de setembro de 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acessado em: 15 de outubro de 2019.

BRASIL. Constituição Federal. Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acessado em: 20 de outubro de 2019.

BRASIL. Constituição Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acessado em: 27 de outubro de 2019.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acessado em: 10 de novembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Alunos com deficiência celebram acesso mais amplo à educação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/202-noticias/264937351/19296>>. Acessado em: 25 de fevereiro de 2021.

BRITO, R. F. de A.; LIMA, J. F. Educação física adaptada e inclusão: desafios encontrados pelos professores de educação física no trabalho com alunos com deficiência. **Corpo, Movimento e Saúde**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 1-12, 2012.

CRUZ, G. de; FERREIRA, J. R. Processo de formação continuada de professores de educação física em contexto educacional inclusivo. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 19, n. 2, 163-80, 2005.

CUNHA, S. L. da. **A concepção freireana sobre a formação continuada de professores: a EJA no município de Chapecó**. 2014. 114f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2014.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Espanha, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acessado em: 20 de outubro de 2019.

DI GIORGI, C. A. G.; MORELATTI, M. R. M.; FÜRKOTTER, M.; MENDONÇA, N. C. G. de; LIMA, V. M. M.; LEITE, Y. U. F. **Necessidades formativas de professores de redes municipais: contribuições para a formação de professores crítico-reflexivos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

FALKENBACH, A. P.; LOPES, E. R. Professores de educação física diante da inclusão de alunos com deficiência visual. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 13, n. 3, p. 1-18, 2010.

FARIAS, G. O.; SHIGUNOV, V.; NASCIMENTO, J. V. do. Formação e desenvolvimento profissional dos professores de educação física. In: SHIGUNOV, V.; SHIGUNOV NETO, A. (Orgs.). **A formação profissional e a prática pedagógica: ênfase nos professores de educação física**. Londrina: O Autor, 2001. p. 19-53.

FERREIRA, J. da S.; SANTOS, J. H. dos; COSTA, B. de O. Perfil de formação continuada de professores de educação física: modelos, modalidades e contributos para a prática pedagógica. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 289-98, 2015.

FIORINI, M. L. S.; MANZINI, E. J. Formação do professor de educação física para inclusão de alunos com deficiência. **Poésis Pedagógica**, Catalão, v. 12, n. 1, p. 94-109, 2014a.

FIORINI, M. L. S.; MANZINI, E. J. Inclusão de alunos com deficiência na aula de educação física: identificando dificuldades, ações e conteúdos para prover a formação do professor. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 20, n. 3, p. 387-404, 2014b.

FONTANA, E. C. Análise da produção científica sobre educação inclusiva no contexto da educação física. **Revista ANALECTA**, Guarapuava, v. 14 n. 2 p. 37-54, 2013/2015.

FRANK, R.; STOCCHI, J.; BORELLA, D. R.; STORCH, J. A.; SCHONE, A. Formação inicial e continuada de docentes de educação física atuantes na modalidade de educação especial. **Motrivivência**, Florianópolis, n. 40, p. 80-9, 2013.

GADOTTI, M. **Qualidade na educação: uma nova abordagem**. Produção de terceiros sobre Paulo Freire. Série Livros, 2010.

GATTI, B. A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 57-70, 2008.

GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S. S.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

- IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores**. Lisboa: Porto Alegre: Artmed, 2010.
- LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- MATOS, S. N.; MENDES, E. G. Demandas de professores decorrentes da inclusão escolar. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Bauru, v. 21, n. 1, p. 9-22, 2015.
- MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006.
- MENDES, M. M.; PÁDUA, K. C. Influência da formação na prática de professores de Educação Física que atuam com alunos com deficiência: um estudo no sistema de ensino especial. *Educação em Foco*, Belo Horizonte, v. 13, n. 16, p. 13-39, 2011.
- MILITÃO, A. N.; LEITE, Y. U. F. A historicidade do conceito de formação continuada: uma análise da visão de Paulo Freire sobre formação permanente. In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação: Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil. *Anais...* Cuiabá, MT: Universidade Federal do Mato Grosso, 2013. v. 1. p. 1-15. Disponível em: <<http://www.unoeste.br/site/enepe/2012/suplementos/area/Humanarum/Ci%C3%A2ncias%20Humanas/Educa%C3%A7%C3%A3o/CONTRIBUI%C3%87%C3%95ES%20DE%20PAULO%20FREIRE%20PARA%20O%20DEBATE%20SOBRE%20A%20FO%20RMA%C3%87%C3%83O%20CONTINUADA%20DE%20PROFESSORES.p%20FORMA%C3%87%C3%83O%20CONTINUADA%20DE%20PROFESSORES.pdf>>. Acessado em: 05 de março de 2021.
- MORAN, J. **O que é educação à distância**. Disponível em: <<http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/dist.pdf>>. Acessado em 17 de novembro de 2020.
- NASCIMENTO, R. P. do. **Preparando professores para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**. Programa de Desenvolvimento Educacional/Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2496-8.pdf>>. Acessado em: 10 de junho de 2020.
- OTALARA, A. P.; DALL'ACQUA, M. J. C. Formação de professores para alunos público-alvo da educação especial: algumas considerações sobre limites e perspectivas. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 11, n. Esp. 2, p. 1048-58, 2016.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Formação Continuada**. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/>>. Acessado em: 30 de novembro de 2019.
- RODRIGUES, L. M. B. C.; CAPELLINI, V. L. M. F. Educação a Distância e formação continuada do professor. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Bauru, v. 18, n. 4, p. 615-28, 2012.
- SILVA, L. G. M.; FERREIRA, T. J. O papel da escola e suas demandas sociais. *Projeção e Docência*, Taguatinga, v. 5, n. 2, p. 6-23, 2014.
- SOARES, F. R.; ALVES, C. M. Teoria e prática a caminho da inclusão na educação física escolar. In: II Seminário de Estudos em Educação Física Escolar, São Carlos. *Anais...* São Carlos: CEEFE/UFSCar, p. 222-54, 2008. Disponível em: <<http://www.eefe.ufscar.br/upload/6.pdf>>. Acessado em: 15 de junho de 2020.
- SOBREIRA, V.; LIMA, S. R.; NISTA-PICCOLO, V. L. A percepção dos futuros professores de educação física sobre a preparação no trabalho com pessoas com deficiência. *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 18, n. 1, p. 138-51, 2015.
- THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.
- TOLEDO, E. H. de; VITALIANO, C. R. Formação de professores por meio de pesquisa colaborativa com vistas à inclusão de alunos com deficiência intelectual. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Bauru, v. 18, n. 2, p. 319-36, 2012.
- VELTRONE, A. A.; MENDES, E. G. Diretrizes e desafios na formação inicial e continuada de professores para a inclusão escolar. In: IX Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores da UNESP. *Anais...* Águas de Lindóia, p. 2-8, 2007. 1 – CD-ROM.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a participação dos professores os quais contribuíram com o preenchimento do questionário. Também agradecem a contribuição dos Núcleos Regionais de Educação, AMOP e Secretarias Municipais de Educação.

CONFLITO DE INTERESSE

Os autores do estudo declaram não haver conflito de interesses.

FINANCIAMENTO

Este estudo não teve apoio financeiro.

ORCID E E-MAIL DOS AUTORES

Jonatan Rogério Trindade Faria

ORCID: 0000-0002-6104-1098.

E-mail: jonatanrogerio@hotmail.com

Gabriela Simone Harnisch (Autor Correspondente)

ORCID: 0000-0002-2928-062X.

E-mail: agaby_@hotmail.com

Douglas Roberto Borella

ORCID: 0000-0002-2245-763X.

E-mail: douglasedufisica@yahoo.com.br